

O Caso do Vale de Kalahari

República de Rohan v Reino de Altária

1 – A Península de Mória é conhecida pelas duas Cordilheiras de Simétria, que atravessam a península de este a oeste, dividindo-a em duas metades de dimensões quase semelhantes. Entre a Cordilheira Norte e a Cordilheira Sul situa-se o Vale de Kalahari, onde no ano de 523 a.C. o Profeta Khelebrimbor se estabeleceu, dando origem à primeira comunidade espiritual Khelembriista.

2 – Em 505 a.C, Khelebrimbor dá aos seus seguidores aqueles que ficaria conhecido como o *Manuscrito de Mellon*, o livro fundamental do Khelembriismo. O profeta faria nesse ano também a sua última aparição em público, antes de se refugiar na Montanha de Zovanelândia, na Cordilheira Norte, onde terá morrido por volta de 502 a.C.

3 – Antes de se retirar para a Montanha de Zovanelândia, Khelebrimbor deixou a comunidade e o Templo de Kalahari nas mãos da sua filha mais velha e do seu filho mais novo, Truviel e Éolon, encarregando-os também de espalhar o Khelembriismo na Península de Mória.

4 – No ano de 489 a.C, devido a uma divergência interpretativa sobre o *Manuscrito de Mellon*, Éolon abandona o Vale de Kalahari e leva os seus seguidores para o Reino de Rohan, a sul das Cordilheiras de Simétria, onde a vertente mais liberal do Khelembriismo (o Éolismo) se iria tornar a filosofia espiritual dominante. Temendo que o Khelembriismo conservador (o Truvismo) perdesse a sua influência, Truviel envia os seus seguidores para o Reino de Altária a norte das Cordilheiras. Em 486 a.C, o Rei de Altária declara o Truvismo a religião oficial do reino.

5 – Devido à divergência religiosa entre Altária e Rohan, a evolução histórica e política da Península de Mória sempre foi marcada por vários conflitos pela dominância do Vale de Kalahari. Em 1773, após o fim da Guerra dos 5 Anos e da destruição provocada pela Batalha de Kalahari de 1770 onde se perdeu uma das cópias originais do *Manuscrito de Mellon*, Altária e Rohan concordam em celebrar um acordo de paz de modo a garantir a proteção do Vale de Kalahari, o local sagrado do Khelembriismo. Segundo o Artigo 2.º do Acordo de Paz de 1773, o Vale de Kalahari passa também a integrar o território soberano do então Reino de Rohan, sendo este responsável pela administração da região, garantindo, no entanto, o acesso dos Altáris ao Vale.

6 – O Acordo de Paz de 1773 conseguiu trazer estabilidade à Península durante mais de 150 anos. Só em 1939, com o início da Segunda Guerra Mundial chegaria ao fim a paz na região, com o Reino de Altária a entrar na guerra junto dos Aliados e o Reino de Rohan a apoiar as potências do Eixo, devido à sua aliança histórica com o Japão.

7 – No dia 1 de setembro de 1939, Rohan declara estado de guerra em todo o seu território, fechando o acesso ao Vale de Kalahari e movimentando forças para a região. Inicia-se assim um período de confronto intenso entre ambos os Estados, com alguns bombardeamentos de parte a parte e batalhas ao longo da região fronteiriça. No entanto, nem Altária nem Rohan conseguem fazer avanços significativos para além da Cordilheira Norte.

8 – O impasse foi finalmente quebrado quando em 7 de janeiro de 1944, com a ajuda de tropas britânicas, o Reino de Altária inicia a Operação Halifax e, numa sucessão de ofensivas, ocupa o Vale de Kalahari e avança para além da Cordilheira Sul, ocupando uma grande parte do Norte de Rohan.

9 – Com a capitulação do Japão e o final da Segunda Guerra Mundial, os governos dos dois Estados encontram-se na Cimeira de Westfold a 15 de setembro de 1945 para negociar um novo tratado de paz. A 20 de setembro de 1945, o Tratado de Westfold é assinado por ambos os Estados, estipulando o seguinte:

Artigo 1.º

- a) O Reino de Rohan e o Reino de Altária declaram um fim imediato das hostilidades entre si.
- b) O Reino de Altária irá abandonar a região Norte de Rohan até à Cordilheira Sul.
- c) O Vale de Kalahari será integrado no território soberano de Altária. O Reino de Rohan compromete-se a respeitar a soberania de Altária sobre a região.
- d) As medidas das alíneas b) e c) terão efeito a partir do dia 1 de janeiro de 1946.

Artigo 3.º

- a) O Reino de Rohan e o Reino de Altária comprometem-se a zelar pela paz do Vale Kalahari.
- b) Reconhecendo a importância histórica da região para a cultura religiosa de ambos os países, as Partes garantem a proteção da liberdade religiosa de todos os habitantes do Vale.
- c) O Reino de Altária garante a liberdade de acesso dos cidadãos Rohanis aos seus locais de culto no Vale.

Artigo 7.º

Qualquer violação deste tratado ou de obrigações internacionais por parte do Reino de Altária poderá dar lugar a uma reavaliação da administração da região. Como tal, as Partes comprometem-se a negociar de boa fé a possibilidade de transição da soberania da região para o Reino de Rohan.

10 – Apesar de alguns protestos, a situação ficou dormente até 2010 quando o Movimento Republicano de Rohan começou a ganhar força, dando lugar à Revolução Republicana em 2015. O novo Partido Republicano, que ganhou as eleições gerais de 2016, tinha como um dos seus slogans “Por uma Rohan unida” e, de acordo com panfletos distribuídos pelo partido antes das eleições, via o Vale de Kalahari como “um território histórico que deveria ser integrado na nova República de Rohan.”

11 – Com os censos de fevereiro de 2020, realizados pelo Reino de Altária e que mostraram que no Vale de Kalahari vivia uma maioria de Rohanis (63%), uma minoria de Altáris (27%) e outra de Japoneses (13%) de um total de 15000 pessoas, surge uma nova onda de reivindicações a favor da reintegração do Vale no território de Rohan. No Vale de Kalahari realizam-se várias manifestações contra o governo Altári, sendo que no dia 3 de dezembro de 2020, a polícia viu-se forçada a dispersar os manifestantes com gás lacrimogéneo.

12 – A 10 de janeiro de 2021 surge o Dagor o Nen-Endil o Rohan (DNER), Rohani para “Movimento pela Unidade de Rohan”, um movimento sobretudo formado por estudantes das universidades do Norte de Rohan e apoiado por alguns intelectuais residentes na região. O DNER começou por organizar protestos e ciclos de conferências para discutir a situação do Vale de Kalahari. No entanto, e à medida que a repressão aumentava no Vale e os manifestantes eram cada vez mais alvo de violência, o DNER passou também a prestar apoio legal às famílias dos manifestantes e apoiar no seu retorno a território Rohani quando necessário.

13 – Por esta altura começam também a surgir relatos nos meios de comunicação Rohanis de que grupos organizados de Altáris eram responsáveis pelo desaparecimento de cidadãos Rohanis e de cerimónias de conversão forçada promovidas por estes grupos. O governo de Rohan revelou apreensão pela situação tendo pedido a Altária que iniciasse uma investigação para auferir a situação. A 15 de fevereiro de 2021, o Diretor Nacional da Polícia Altári deu uma conferência de imprensa informando que a investigação “não apresentou qualquer resultado nesse sentido” e que “tudo não passa de um conjunto de rumores promovidos pelos *media* de Rohan”.

14 – No dia 17 de março de 2021, após confrontos entre a polícia Altári e os manifestantes, verificou-se também a morte de um jovem Rohani de 14 anos que participava na Marcha pela Unidade de Rohan promovida pelo DNER. Não se conseguiu verificar a origem do projétil que atingiu o jovem e levou à sua morte, mas ainda assim num comunicado do Primeiro-Ministro Altári, Arthur Muriel, o governante lamentou o sucedido e apelou ao fim das manifestações na região “em nome da paz e de todos os cidadãos que habitam no território Altári.”

15 – A partir desse dia as atividades do DNER modificaram-se, passando a ciber-ataques sucessivos aos órgãos públicos Altáris. No dia 25 de abril de 2021, após um dos seus ciber-ataques, o movimento divulgou um conjunto de comunicações entre o Ministério da Defesa e a Polícia Altári. Em email datado de 29 de janeiro de 2021 enviado pelo Ministro da Defesa ao Diretor Nacional da Polícia, podia ler-se “Não seria de todo mau se essa árvore não desse frutos, não queremos antagonizar os nossos que estão a fazer um bom trabalho”. O DNER descobriu também que um dos sobrinhos do Ministro da Defesa Altári fazia parte dos grupos organizados que perseguiram cidadãos Rohanis no Vale de Kalahari. Este ataque foi confirmado pelo Ministério da Defesa Altári, no entanto não foi comunicado qualquer *leak* de informação confidencial ou outro tipo de ficheiros armazenados nos servidores do Ministério.

16 – No dia seguinte, 26 de abril, o governo Altári recebeu uma comunicação entregue pelo embaixador de Rohan onde exigia o início de uma nova investigação e a imediata demissão do Ministro da Defesa Altári. Apesar da demissão desse Ministro se ter verificado no dia 28 de abril, a polícia Altári não comunicou o início de uma nova investigação, informando que não haviam provas concretas de que a primeira investigação havia sido mal conduzida.

18 – A 30 de abril de 2021, nas celebrações do dia de Truviel, o Rei de Altária, Charles Thranduil IV, dirigiu-se à nação e alertou que “apesar de este ser um dia onde celebramos a nossa cultura e damos graças a Truviel por escolher Altária para divulgar o verdadeiro Khelebrismo, é preciso lembrar que existem aqueles que pretendem manchar a nossa boa

reputação internacional chegando mesmo ao ponto de fabricar provas e esses inimigos têm de ser combatidos.” No mesmo dia, o líder do DNER publicou um comunicado no site oficial do movimento afirmando que “está na altura de alguém proteger os nossos cidadãos, temos de passar ao ataque!”.

19 – Desde então, o DNER passou também a realizar ataques a instalações Altáris localizadas no Vale de Kalahari. Entre maio de 2021 e junho de 2022 registaram-se pelo menos 97 ataques promovidos pelo DNER que resultaram em 32 mortos e 122 feridos. O governo Altári pediu sucessivamente a Rohan que tomasse medidas para prevenir a incursão dos membros do DNER e os atos de violência que cometiam a partir do Norte de Rohan. As autoridades de Rohan responderam que se já se encontravam a tomar medidas, tendo prendido vários membros do DNER envolvidos nos incidentes até à data, removendo o seu site e fóruns online, e tendo por diversas vezes fechado sedes e locais de operação do DNER. Rohan decidiu também iniciar operações de controlo fronteiriço para impedir as incursões do DNER em território Altári.

20 – A 6 de agosto de 2022, os Serviços de Informação de Altária (SIA) intercetaram comunicações de membros do DNER, descobrindo que o movimento havia hackeado o satélite RubiSAT-3, parte de uma constelação de 12 satélites da Rubi Orbital, uma empresa de sistemas de observação terrestre com sede em Rohan, tendo este Estado registado também o satélite. O DNER usava o RubiSAT-3 para “espionar infraestruturas essenciais e objetivos militares” no território Altári.

21 – No dia 7 de agosto, o Primeiro Ministro Muriel, em nota verbal ao embaixador de Rohan, protestou a situação “considerando inadmissível este ato de espionagem” e incentivando o governo Rohani a tomar medidas para pôr fim à situação. O embaixador Rohani, após consultar o seu governo, respondeu que “as ações do DNER não podem ser de modo algum associadas ao nosso Estado. Este satélite tem sido sempre usado para fins puramente comerciais por uma empresa Rohani, não tendo sido comunicada à nossa Autoridade Supervisora do Espaço qualquer situação. Ainda assim, iremos verificar esta situação junto da empresa.”

22 – A 16 de agosto, na reunião do gabinete do Primeiro-Ministro Muriel, o Ministro da Defesa confirmou que os SIA continuavam a verificar atividades de espionagem através do RubiSAT-3. O Ministro sugeriu que perante a passividade do Governo Rohani, a melhor maneira de pôr fim à situação seria fazer uso do satélite G4-1, um dos 4 satélites da constelação G4 que a Agência Espacial de Altária (AEA) tinha lançado para testar um novo método de comunicação de *satellite-to-satellite* através de feixes de laser. Fazendo uso do feixe de laser de alta precisão do G4-1, Altária poderia “cegar” o RubiSAT-3 sem causar outros danos, impedindo assim o DNER de fazer uso das suas capacidades.

23 – Nesse dia às 23:00, o Primeiro-Ministro Altári autorizou a AEA a proceder à operação. A AEA decidiu recorrer aos serviços de *Space Situational Awareness* da AstroEagle para fornecer a informação de targetting do RubiSAT-3. A AstroEagle é uma empresa Rohani que presta os seus serviços a vários estados e é conhecida pela sua precisão e confiabilidade,

exceptuando-se uma única situação em que por ter providenciado informação incorreta quase levou à colisão entre dois satélites.

24 – A AEA levou a cabo todas as preparações necessárias e iniciou a operação às 03:00 do dia 17 de agosto. Contudo, a informação providenciada pela AstroEagle não foi totalmente precisa, o que resultou num pequeno atraso, fazendo com que o feixe de laser do G4-1 acabasse por atingir um componente eletrónico do RubiCom-1, um satélite de telecomunicações chave para Rohan, que ativou os *thrusters* de controlo de altitude. Este foi assim movimentado para fora da órbita em direção à atmosfera terrestre, onde ardeu por completo.

25 – Perder um dos seus produtos mais importante causou graves problemas financeiros à Rubi Orbital, também uma das maiores empresas Rohanis, chegando mesmo a afetar a economia do país. Adicionalmente, os serviços de telecomunicações em Rohan foram comprometidos e estiveram com falhas durante semanas. Rohan protestou fortemente a situação que, numa intervenção perante a Assembleia Geral das Nações Unidas, foi qualificada pelo Presidente Massimo Faramon como “uma violação clara do Tratado do Espaço Exterior de 1967 e um ato de agressão unilateral.” O governo Rohani apresentou também um pedido de compensação a Altária através de meios diplomáticos, de acordo com a Convenção sobre Responsabilidade por Danos Causados por Objetos Espaciais. A 23 de setembro de 2022, o embaixador de Altária informou o governo Rohani que o seu estado não teria de pagar qualquer compensação, uma vez que não era responsável à luz da Convenção.

26 – Em paralelo, a situação no Vale de Kalahari continuava a escalar, os protestos intensificaram-se, as autoridades Altáris continuaram a reportar ataques do DNER, que por sua vez continuou a expôr desaparecimentos de Rohanis e conversões forçadas. A 19 de outubro de 2022 o governo Altári acabou por destacar também a Guarda Real para o Vale.

27 – No dia 2 de novembro, num confronto entre as forças Altáris e o DNER verificaram-se 234 mortos, incluindo alguns civis. No dia 5 de novembro de 2022, o Conselho de Segurança das Nações Unidas emitiu uma declaração onde condenava tanto as ações do DNER como as ações das autoridades Altáris, incluindo a destruição do satélite Rohani e apelou a que ambos os Estados iniciassem negociações imediatamente para resolver a crise e trazer a paz à região. Esta declaração sublinhou também necessidade de proteger os direitos humanos dos cidadãos de ambas as nações.

28 – No dia 6 de novembro num *raid* da polícia Rohani, vários líderes do DNER foram detidos o que levou a uma pausa dos ataques. O governo de Rohan considerou a operação um sucesso e notificou o governo Altári da vontade de iniciar negociações diplomáticas pois este seria um “período próspero para resolver os atritos e trabalhar a paz na região.” A proposta foi aceite.

29 – No entanto, apesar dos esforços diplomáticos, as negociações não conseguiram produzir resultados uma vez que o governo Altári se recusava a discutir qualquer questão relativamente à soberania sobre o Vale de Kalahari.

30 – Diante da falta de progressos, a República de Rohan decidiu recorrer ao Tribunal Internacional de Justiça, iniciando um processo judicial contra o Reino de Altária a 13 de

dezembro de 2022. Nas suas conclusões, a República de Rohan pediu ao Tribunal que julgue e declare que:

- a) O Reino de Altária é responsável pelos danos causados ao RubiCom-1;
- b) Altária violou direito internacional dos direitos humanos, nomeadamente os Artigos 1.º e 18.º do Pacto Internacional sobre os Direitos Civis e Políticos, bem como o Tratado de Westfold.

30 – Em resposta ao pedido de Rohan, o Reino de Altária, em conclusão, pediu que julgue e declare os pedidos apresentados por pela República de Rohan como improcedentes e, em sede de reconvenção, pede ao Tribunal que julgue e declare que:

- a) A República de Rohan violou o Artigo 6.º do Tratado do Espaço Exterior, não cumprindo o seu dever de supervisão das atividades espaciais nacionais, ao permitir que o RubiSAT-3 fosse utilizado pelo DNER;
- b) Rohan é internacionalmente responsável pelos danos causados pelo DNER em território soberano do Reino de Altária.

32 – Os dois Estados são membros das Nações Unidas, Rohan desde a sua formação, Altária desde 1960. Altária e Rohan ainda partes dos seguintes: Convenção de Viena sobre Direito dos Tratados; Pacto Internacional sobre os Direitos Civis e Políticos; Pacto Internacional sobre os Direitos Económicos, Sociais e Culturais; Tratado do Espaço Exterior de 1967; Convenção sobre Responsabilidade por Danos Causados por Objetos Espaciais; e Convenção relativa ao Registo de Objetos Lançados no Espaço Exterior. Ambos possuem legislação nacional no que toca aos processos de registo e licenciamento das suas atividades espaciais.